



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

17 de abril 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Moacir Pereira	<b>Data:</b> 17/04/2015
<b>Assunto:</b> Greve		<b>Página:</b> 12

### DIÁRIO CATARINENSE

#### AVALIAÇÃO

Raimundo Colombo se reuniu com o grupo gestor para uma avaliação sobre a greve dos professores da rede estadual. O secretário Eduardo Deschamps informou que o movimento refluíu e hoje estaria com adesão inferior a 10%. O governo disse que não tem mais o que negociar, que a proposta não será mudada e que a incorporação da regência de classe não prejudica os professores. O Sinte, sindicato da categoria, não tem nova assembleia marcada.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Roberto Azevedo	<b>Data:</b> 17/04/2015
<b>Assunto:</b> Propaganda		<b>Página:</b> 02

# Notícias do Dia

### Resposta

O Sínte não negou qualquer informação da nota divulgada ontem pela coluna sobre os valores gastos com propaganda sobre a greve dos professores em uma emissora de TV, mas respondeu que a entidade sobrevive da contribuição dos filiados e que as despesas são pagas por eles. Mais adiante, informa que se trata de publicidade institucional, porém, sugere que a coluna deveria se preocupar "com a fortuna gasta pelo governo do Estado" na divulgação de seus atos, algo previsto em lei. Ou seja, o Sínte pode, a administração estadual, em proporção muito maior, nem tanto. E o sindicato justifica a utilização do CentroSul para dar um lugar confortável aos filiados durante a realização de assembleias.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Coluna pelo Estado	<b>Editoria:</b> Coluna pelo Estado	<b>Data:</b> 17/04/2015
<b>Assunto:</b> Greve		<b>Página:</b> Online

### [ PeloEstado ]

## Férias comprometidas

**A** decisão de manter a paralisação dos professores públicos estaduais, tomada em Assembleia do Sinte-SC, acendeu o sinal de alerta para a questão da reposição das aulas. O secretário da Educação, Eduardo Deschamps lembrou que, hoje a greve completa 18 dias (úteis). Portanto, os estudantes que estão sem aulas terão que receber o conteúdo durante as férias de meio de ano e ainda em alguns sábados. Permanecendo a paralisação, também o início das férias de final de ano ficará comprometido. “O que mais nos preocupa, no entanto, é o prejuízo para os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, que não estão sendo preparados para o Enem e para o vestibular”, disse Deschamps. De acordo com informações do Executivo, tecnicamente, não haveria como o governo do Estado conceder mais nenhum tipo de reajuste e tampouco encaminhar o projeto da nova tabela salarial do Magistério estadual para a Assembleia Legislativa. A explicação é que, além de o Estado estar a centavos do limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os números da folha da Educação mostram que a valorização da categoria na gestão Raimundo Colombo foi de 80,9% (entre 2011 e 2014, período de inflação acumulada em 27,1%, pelo IPCA). Isso levou a um desembolso de mais R\$ 1,2 bilhão. Agora o Sinte-SC se prepara para realizar assembleias regionais. Um detalhe: os dois lados não se entendem nem quanto à adesão ao movimento grevista. Enquanto a Secretaria afirma que não passa de 10%, o Sinte garante que está na faixa dos 30%.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/04/2015
<b>Assunto:</b> PNE	<b>Página:</b> Online	



### Senado e Câmara lançam obra sobre Plano Nacional de Educação

Ampliar o acesso à educação e valorizar os professores estão entre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece 20 objetivos a serem cumpridos até 2023. Com o intuito de oferecer subsídios para enriquecer a discussão sobre o assunto, a Câmara dos Deputados e o Senado lançaram, nesta terça-feira (15), a publicação Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas.

A obra reúne nove artigos de consultores que participaram do assessoramento técnico para a aprovação do PNE 2014-2024, sancionado em junho de 2014. O lançamento ocorreu no Salão Nobre da Câmara e contou com a presença de deputados, senadores e diretores.

O livro encontra-se disponível na internet e nas bibliotecas da Câmara e do Senado.

Entre os conteúdos abordados na publicação, está o texto do PNE (Lei 13.005/2014), que contém as 20 metas, amparadas por aproximadamente 250 estratégias, além do quadro com os objetivos intermediários. De acordo com os envolvidos, para que os propósitos se tornem realidade é preciso haver uma integração entre os planos de educação estaduais e municipais.

Segundo a consultora legislativa do Senado Tatiana Feitosa de Britto, uma das nove autoras do livro, a publicação começou a ser produzida em setembro do ano passado e é fruto da parceria entre os profissionais dos dois órgãos.

"O livro trata de diferentes aspectos do PNE e tem como um público preferencial os procuradores, jornalistas e pessoas interessadas na área. Trata-se de uma visão técnica do processo de construção do plano. Com certeza, foi uma obra em parceria".

A consultora legislativa da Câmara Ana Valeska Amaral afirmou que, além de contribuir para o debate sobre a educação, o livro eterniza a experiência dos profissionais durante a elaboração do PNE.

"É um projeto coletivo que reúne as capacidades dos consultores e, do ponto de vista político, traz o olhar mais técnico sobre algumas metas. Ele [o livro] é voltado para jornalistas, profissionais da área, estudiosos e para todos que tenham interesse em conhecer o PNE", explicou a consultora, acrescentando que a obra levou três anos para ser elaborada.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

No lançamento, o consultor-geral legislativo do Senado, Paulo Mohn, reforçou os desafios futuros e abordou aspectos referentes ao funcionamento das consultorias das duas Casas. De acordo com ele, a parceria desenvolvida desde a tramitação do PNE pelas duas consultorias foi concretizada com o livro.

"Um ponto que merece destaque é o engajamento dos colegas da área de educação. Como eles são comprometidos e engajados para a realização do melhor para a área e pela implementação do plano. A obra foi concebida após o plano se tornar lei. Quero saldar, em especial, as organizadoras e a todos que contribuíram para a obra", destacou.

A fala do consultor encontrou ressonância na afirmação do presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG).

"Esta obra merece ser lida por todos que se interessam pela Educação", disse.

### PNE 2014-2023

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei ordinária, prevista na Constituição Federal, que tem validade de dez anos. A partir do momento em que o PNE começa a valer, todos os planos estaduais e municipais de Educação devem ser criados ou adaptados de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas por ele. Entre os desafios, estão a valorização do magistério e o investimento na formação de professores.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/04/2015
<b>Assunto:</b> Missão de Educação para América Latina		<b>Página:</b> Online



### **Missão australiana busca parcerias educacionais com o Brasil**

Entre os dias 22 e 24 deste mês a Missão de Educação para América Latina do Governo de Victoria, da Austrália, visita o Brasil para uma série de fóruns e reuniões de alto nível com líderes da indústria e membros dos governos australiano e brasileiro. A Missão, liderada pelo Ministro para Formação e Competências, Hon. Steve Herbert, visita as cidades de São Paulo e Curitiba onde irá participar de eventos com membros dos governos desses estados, universidades, instituições educacionais técnicas e de ensino superior, e centros de pesquisa como a Fapesp e CNI.

A delegação, composta por cerca de 20 especialistas em ensino superior, formação profissional e treinamento tem por objetivo dividir seus conhecimentos e estabelecer novos projetos e parcerias em áreas de mútuo interesse entre o Brasil e a Austrália. Áreas como a educação, gerenciamento da água, planejamento urbano sustentável, agricultura e biotecnologia. O estado de Victoria está entre os líderes na provisão de ensino superior, com universidades e educação vocacional de alta qualidade com expertise em toda a gama de disciplinas.

A educação internacional é a maior indústria de exportação do Estado de Victoria, gerando mais de 4,7 bilhões de dólares australianos em receita de exportação e cerca de 30 mil postos de trabalho. Existem mais de 150 mil alunos estrangeiros estudando nas instituições de ensino de Victoria.

O gerenciamento da água também é uma área de mútuo interesse, tanto no Brasil quanto em outros países na América Latina, Victoria é reconhecida por sua expertise nesse assunto como também pela sua avançada indústria da água e definições de políticas para esse setor.

Além dessa missão, duas outras delegações advindas de países da América Latina deverão visitar o Estado de Victoria em setembro de 2015. Isso fortalecerá as parcerias em pesquisas e compartilhamento de conhecimento guiados por um programa com foco nos países deste continente, que estão em reformulação nos seus setores de educação e formação profissional.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/04/2015
<b>Assunto:</b> PNE		<b>Página:</b> Online



### DEPUTADOS QUEREM AJUDAR ESTADOS E MUNICÍPIOS NA APROVAÇÃO DE PLANOS DE EDUCAÇÃO

**Parlamentares lançaram ontem a Frente Parlamentar em Defesa da Implementação do Plano Nacional de Educação; primeira ação será a organização de seminários**

Fonte: Agência Brasil

Deputados federais querem atuar com estados e municípios na aprovação dos planos estaduais e municipais de educação. Os planos locais, previstos no Plano Nacional de Educação (PNE), têm até o dia 24 de junho para estar prontos. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), três estados – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão – e 72 municípios sancionaram os planos.

O prazo, que termina em pouco mais de dois meses, é primeiro estipulado pelo PNE. Os parlamentares lançaram hoje (15) a Frente Parlamentar em Defesa da Implementação do Plano Nacional de Educação e a primeira ação será a organização de seminários (dois nacionais e cinco em cada uma das regiões do país) para conscientizar gestores e a população da importância da aprovação dos planos.

"O PNE é uma das leis mais importantes votadas. Comparando com outros países, com certeza, é vanguarda e aponta para uma transformação do Brasil em uma grande nação. Tem que sair do papel", defende o presidente da frente, Pedro Francisco Uczai (PT-SC). "Para que saia do papel, é preciso o compromisso de todos os entes federados."

O plano, sancionado no ano passado, após quatro anos de tramitação, traça metas para serem cumpridas nos próximos dez anos. As metas vão desde a inclusão de crianças e adolescentes na escola até a pós-graduação. Trata ainda da valorização do professor e do investimento em educação, que até 2024 deverá ser de, no mínimo, o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente o investimento na área é 6,6%.

De acordo com o site Planejando a Próxima Década-Alinhando os Planos de Educação, do MEC, apenas três estados, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Maranhão, estão com os planos aprovados. Paraná, Bahia e Alagoas são os mais atrasados – têm apenas a comissão para elaborar o plano estadual constituída. Os demais estados têm pelo menos o diagnóstico concluído.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para constituir os planos, o MEC estipula fases. A primeira é a constituição de uma comissão coordenadora, depois, a elaboração de um diagnóstico da educação na localidade, a elaboração de um documento-base, consulta pública e elaboração de projeto de lei. O projeto é então enviado ao Legislativo, aprovado e sancionado.

Entre os municípios, a maior parte está nas fases iniciais, 306 não têm sequer comissão coordenadora instituída; 2.246 instituíram a comissão e 1.752 concluíram apenas o diagnóstico. Os demais avançaram na elaboração do documento-base (829) até o envio dos projetos para as assembleias (77). Entre os municípios, 72 sancionaram os planos e três aprovaram a lei.

Para o MEC, o prazo pode ser cumprido. A pasta vai lançar na próxima semana uma campanha nos meios de comunicação alertando para o prazo. O secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC, Arnóbio Marques, ressalta que a maior parte dos estados e dos municípios concluiu o diagnóstico, segundo ele, a fase mais complicada.

"Praticamente todos os municípios têm pelo menos uma comissão trabalhando no plano e mais de 3 mil têm o diagnóstico. Pode ser que alguns não cumpram com o prazo exato, do dia 24, mas acho que a tendência é ter praticamente todos os municípios com o plano", diz.

De acordo com Marques, o MEC oferece assistência para a elaboração dos planos, disponibilizando um representante para cada 25 cidades.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/04/2015
<b>Assunto:</b> Greve		<b>Página:</b> Online



### **PROFESSORES DE SANTA CATARINA MANTÊM GREVE E SEGUE IMPASSE**

**Decisão unânime de continuar paralisação foi tomada por mais de 2,5 mil docentes da rede estadual ontem**

Fonte: Jornal de Santa Catarina (SC)

A decisão unânime de manter a greve do magistério em Santa Catarina, tomada por mais de 2,5 mil Professores da rede estadual ontem, indica poucas perspectivas de um desfecho imediato para a paralisação que chega hoje ao seu 24o dia.

Enquanto o governo do Estado insiste em não negociar com a categoria em greve, o magistério garante que não irá encerrar o movimento sem receber uma contraproposta positiva. Em nota enviada à imprensa, a Secretaria de Educação (SED) lamentou a decisão da categoria e reafirmou que as aulas nas Escolas do Estado devem na normalidade.

Diferentemente do que se observou em outras assembleias, a de ontem teve um desfecho rápido e unânime: praticamente não foi discutida a possibilidade de se aceitar o novo plano de carreira do magistério (em fase de desenvolvimento) ou de encerrar a greve. Segundo o Estado, a adesão à paralisação gira em torno de 10%; segundo a categoria, em 30%.

A SED alega que as propostas enviadas pelo magistério estourariam o orçamento da pasta, cuja folha de pagamento cresceu de R\$ 1,83 bilhão em 2010 para R\$ 3,13 bilhões em 2014. O plano do governo aumentaria em R\$ 200 milhões este ano o investido nos pagamentos do magistério.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 17/04/2015
<b>Assunto:</b> Desperdícios		<b>Página:</b> Online



### **MINISTRO PEDE O FIM DE DESPERDÍCIOS PARA QUE EDUCAÇÃO POSSA CONTAR COM MAIS RECURSOS**

**"Temos de mudar a concepção e saber que os recursos economizados em despesas correntes são mais recursos para investir na Educação", afirmou Janine Ribeiro**

Fonte: Portal MEC

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, defendeu nesta quarta-feira, 15, o fim da tolerância com o desperdício na administração pública. "Temos de mudar a concepção e saber que os recursos economizados em despesas correntes são mais recursos para investir na educação", disse, ao participar do Congresso Internacional de Gestão de Inovação da Educação no Setor Público (Cigisp). "Esta agenda vai além do político, vai para a agenda da vida."

Aberto também nesta quarta-feira, o Cigisp de 2015, organizado pelo Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Federal de Lavras (Ufla) e com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), visa a compartilhar experiências bem-sucedidas nas áreas de inovação e sustentabilidade. O encerramento está previsto para sexta-feira, 17.

Entre as iniciativas destinadas a melhorar o uso de recursos, Janine Ribeiro destacou o Prêmio Ideia – Desafio da Sustentabilidade, de boas práticas de redução de gastos com água e energia elétrica nas instituições federais de educação superior. Ele anunciou o lançamento de cartilha com ideias inovadoras relacionadas à sustentabilidade também nas redes federais de ensino e a divulgação de casos bem-sucedidos.

**Eficiência** — O ministro também assinou portaria que determina a órgãos e unidades da administração direta e indireta do Ministério da Educação a integração de esforços para o desenvolvimento de ações destinadas à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos.

Entre os objetivos da portaria estão promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na administração pública; melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos; incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas;



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos; garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, com a destinação ambientalmente correta; melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho; reconhecer as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais; compartilhar experiências práticas de sucesso, instruir, disseminar e promover o desenvolvimento de processos inovadores relacionados à educação e à administração pública em geral.

Prêmio — O primeiro dia do Cigisp também contou com a entrega dos prêmios do Desafio da Sustentabilidade, iniciativa do Ministério da Educação, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO). A consulta pública teve mais de 18 mil ideias inscritas.

Entre as instituições da rede federal, foram classificadas em primeiro lugar — prêmio de R\$ 3 milhões — a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). A Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) e o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) ficaram com o segundo lugar em suas respectivas categorias e receberão R\$ 1 milhão cada um. Os prêmios devem ser investidos na implementação de projetos de sustentabilidade.

Entre os participantes pessoa física, o prêmio de primeiro lugar do desafio Como Reduzir os Gastos com Consumo de Água nas Instituições Federais de Ensino? ficou com Fábio Rocha Barbosa, professor doutor da UFPI, na área de engenharia elétrica. No desafio Como Reduzir os Gastos com Consumo de Energia Elétrica nas Instituições Federais de Ensino?, o vencedor foi Lucas Cruz Sousa, estudante de engenharia elétrica da UFPI.